

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**TERMO DE ADJUDICAÇÃO****E HOMOLOGAÇÃO**

O Processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, oriundo desta Câmara Municipal, consiste na contratação de uma empresa especializada na Prestação de Serviços para fazer as inscrições de um evento, conforme objeto deste processo, no atendimento a esta Câmara Municipal, foi em toda a sua tramitação atendida pela legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo a lei e ao mérito, **ADJUDICO E HOMOLOGO**, em nome da Empresa: **TLE – TREINAMENTOS NO PODER' LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA**, inscrito no CNPJ (MF) sob o N.º 40.602.819/0001-435, com sede na Rua Francisca Paula de Jesus Isabela, N. 08, Bairro Cavaco, CEP: 57.306-760, na Cidade de Arapiraca / AL.

A mesma cotou o preço praticado no mercado. Solicitamos que proceda aos trâmites necessários, perfazendo o valor global de R\$ 1.600,00 (mil e seiscientos reais),

São Francisco/SE, 30 de agosto de 2022.

DESCRIÇÃO	QTD	UNITARIO	TOTAL
02 (duas) inscrições para 01 (um) Vereador e 01 (um) Conselheiro, no pagamento para participar no evento: 2º CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE AGENTES PÚBLICOS, que será realizado nos dias 02 e 03 de setembro de 2022, localizado no Av. Santa Ceceia, N. 981, Ponta Verde na Cidade de Maceió / AL.	02	800,00	1.600,00

Micaela Santos Araújo

MICAELA SANTOS ARAÚJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

CONTRATO N. 11/2022

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI - CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL, E A EMPRESA: TLE - TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, NA FORMA ABAIXO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO / SE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ N° 32.727.927/0001-14, localizada na Praça Antônio Barbosa, N. 258, Bairro Centro, nesta Cidade, doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo Senhor DARIO BATISTA DOS SANTOS, Presidente da Câmara, CPF N.º 073.383.095-15, RG N.º 211.256 SSP/ SE, residente no POVOADO NASCENÇA, S/N, Bairro Zona Rural, São Francisco / SE, e do outro lado a Empresa: TLE - TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO LTDA, inscrito no CNPJ (MF) sob o N.º 40.602.819/0001-435, com sede na Rua Francisca Paula de Jesus Isabela, N. 08, Bairro Cavaco, CEP: 57.306-760, na Cidade de Arapiraca / AL, doravante denominada CONTRATADA, tem justo e acordado entre si, o presente Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

LOCAL E DATA: Lavrado e assinado na sede da Câmara Municipal de São Francisco/SE, 01 de setembro de 2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO

– O presente Contrato foi elaborado por Inexigibilidade de Licitação de acordo com o Art. 25, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e a Resoluções do TCE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E PREÇO

O presente contrato tem por objetivo a inscrição para participação de Vereadores, participar de evento a ser realizado, conforme abaixo:

DESCRIMINAÇÃO	QTDE	UNITÁRIO	VL TOTAL
02 (duas) inscrições, para 01 (um) Vereador e 01 (um) Comissionado, no pagamento para participar no evento "21º CURSO DE APRIMORAMENTO DE AGENTES PÚBLICOS", que será realizado nos dias 02 a 05 de setembro de 2022, localizado na Av. Álvaro Otacílio, N. 2991, Ponta Verde, na Cidade de Maceio / AL.	02	800,00	1.600,00

- 2.1 Em contraposta aos Serviços Prestados neste contrato, obriga-se a Câmara Municipal a pagar a Empresa contratada pela prestação dos serviços, à importância de R\$ 1.600,00 (mil e seiscientos reais),
- 2.2 O pagamento será realizado após a aceitação dos serviços pela Câmara Municipal, mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - 2.2.1 Nota(s) Fiscal(is), atestada e liquidada pela Câmara Municipal;
 - 2.2.2 Prova de Regularidade justa aos órgãos competentes;
 - 2.2.3 Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, a Câmara Municipal efetuará o pagamento das fatura(s) até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria da Câmara Municipal ou efetuar o depósito;
- 2.3 O preço proposto é fixo e irredutível

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

- 3.1 O prazo de vigência deste contrato será da data de sua assinatura até o término do congresso, revisto conforme programação do evento ou por ventura houver alteração por algum motivo não previsto.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

Parágrafo Único - O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As despesas previstas na Cláusula Segunda correrá por conta da seguinte dotação, constante no Orçamento para o corrente exercício financeiro a Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, a despesa prevista na cláusula segunda correrá por conta de Recursos Próprios.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, bem como atestar nas notas fiscais, faturas e certidões, pelo fetivo fornecimento, por meio de representante especialmente designado, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93;
- 5.2 Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
- 5.3 Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- 5.4 Permitir ao pessoal técnico da contratada, encarregado do serviço objeto deste Contrato, livre acesso para a execução dos serviços;
- 5.5 Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.
- 5.6 Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato;
- 5.7 Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- 5.8 Comunicar a contratada qualquer problema ou irregularidade constatada na execução do contrato, diligenciando, se necessária, providencia corretivas.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A contratada deverá prestar os serviços e com atendimento as especificações proposta, apresentada pela Câmara Municipal;
- 6.2 Responsabilizar-se por todos e quaisquer incidentes que venham a serem seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade, objeto deste contrato;
- 6.3 Assumir todos os possíveis danos, tanto quanto materiais, causados ao contratante ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência imprudência ou desrespeito as normas de segurança quanto a prestação dos serviços do serviço ora contratado;
- 6.4 Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, outros adicionais e demais encargos sociais, referentes aos seus empregados na realização do evento;
- 6.5 Conceder prioridades aos serviços contratados, salvo por motivo superior, não podendo transferir a outrem pela execução dos serviços, sem a prévia concordância da contratante;
- 6.6 Prestar todos os esclarecimentos que forem necessários pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato todas as reclamações a respeito da realização do evento;
- 6.7 Executar diretamente este contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela contratante;
- 6.8 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos entregues;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 As sanções contratuais serão: advertência, multa, suspensão temporária para a participação e impedimento de contratar e declaração de idoneidade, observando-se:



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

- 7.1.1 Advertência, no caso de atraso injustificado na entrega;
- 7.1.2 Multa, no valor a ser analisado pela Comissão Permanente de Licitação;
- 7.1.3 Atraso injustificado na assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho;
- 7.1.4 Recusa injustificada na assinatura o contrato, tendo sido convocado dentro de prazo legal;
- 7.1.5 Descumprimento de obrigações estabelecidas neste contrato;
- 7.1.6 Desatendimento as condições do serviços prestado;
- 7.2 Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal por prazo, não superior a 02 (dois) anos, que será fixado pelo Ordenador de Despesa, na hipótese de:
 - 7.2.1 Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável da licitante, registrado em ata;
 - 7.2.2 Não execução da proposta após a adjudicação;
 - 7.2.3 Comportamento inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
 - 7.2.4 Cometimento de fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
 - 7.2.5 Fraude na execução do Contrato;
- 7.3 Apresentação de documento falsa para participação no certame, conforme registro em ata ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- 7.4 Poderá a CONTRATANTE convocar os demais licitantes na ordem de classificação para, caso os correspondentes aceitem as mesmas condições da empresa contratada, executar o objeto do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO UNILATERAL

- 8.1 Pode a Câmara Municipal rescindir unilateralmente o presente termo, se ocorrer alguma das hipóteses previstos no art. 79, I, da Lei N. 8.666/93, sem que caiba qualquer tipo de indenização para a Empresa Contratada;
- 8.2 Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para esta Câmara Municipal;
- 8.3 Judicial nos termos da legislação;
- 8.4 A Câmara Municipal se reserva o direito de a qualquer momento, por interesse público, rescindir o presente contrato, sem que caiba qualquer tipo de indenização;
- 8.5 Constitui motivo para rescisão do contrato:
 - 8.5.1 O não cumprimento das cláusulas contratuais e especificações;
 - 8.5.2 O cumprimento irregular de clausulas contratuais e especificações;
 - 8.5.3 A paralisação injustificada do fornecimento;
 - 8.5.4 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da licitante;
 - 8.5.5 O atraso no pagamento das faturas divididas por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, posteriores ao seu vencimento.

Parágrafo Único – Em caso de RESCISÃO UNILATERAL, pela contratante, sem motivo justo, implica em multa no valor restante do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

- 9.1 O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos da proposta oferecida pela Empresa contratada, bem como ao Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, realizado pela Câmara Municipal, com base no Art. 25, inciso II, em harmonia com o art. 13, inciso III, da Lei N. 8.666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ADITAMENTOS

- 10 Toda e qualquer modificação dos termos do presente processo, o ajuste será formalizada através de Termo Aditivo, após prévia manifestação entre as partes e em conformidade com o disposto com a Lei de Contratos e Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO E DOS ANEXOS



- ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

- 11.1 Este Contrato deverá ser publicado no Mural desta Câmara Municipal em local de costume, após a data de sua assinatura, para conhecimento dos demais;
- 11.2 Integra o presente contrato todas as peças que formam o procedimento, a proposta apresentada pela contratada, bem como eventuais correspondências trocadas entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO (ART. 67, LEI Nº 8.666/93)

Na forma do que dispõe o art. 67 da lei nº 8.666/93, fica designado a Diretora Financeira desta Câmara Municipal para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato firmado entre as partes.

- 12.1 O representante desta Câmara Municipal, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados;
- 12.2 As decisões e providencias que ultrapassarem a competência do representante deverá ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MULTA


13.1 O presente contrato vincula-se as determinações da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, baseando-se no art. 25 inciso II e as especificações constantes na proposta da contratada que parte integrante deste termo.

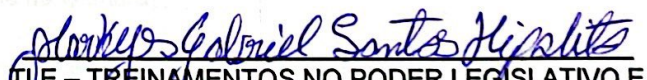
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

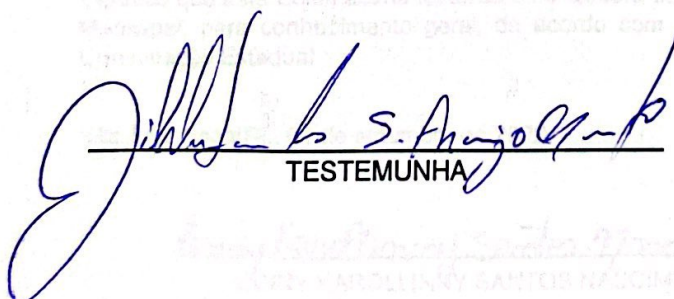
14.1 Fica eleito o foro desta Comarca Municipal, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente contrato.

E, por se acharem justos e Contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinado, para que produza os efeitos legais.

São Francisco/SE, 01 de setembro de 2022.


DÁRIO BATISTA SANTOS
Presidente da Câmara


GLE – TREINAMENTOS NO PODER LEGISLATIVO E
EXECUTIVO LTDA
Empresa Contratada


TESTEMUNHA


TESTEMUNHA